

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

8

NORMAS FUNDAMENTAIS

COORDENADORES

Fredie Didier Jr.

Dierle Nunes

Alexandre Freire



2016

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: PVictor Editoração Eletrônica (pvictoredit@live.com)

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

D842 Normas Fundamentais / coordenadores, Fredie Didier Jr. [et al.]. – Salvador : Juspodivm, 2016.

528 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 8; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-1027-7.

1. Normas Fundamentais. 2. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Nunes, Dierle. III. Freire, Alexandre. IV. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

107 0274

Sumário

CAPÍTULO 1 ► Reflexões sobre o “acesso à Justiça” qualitativo no Novo Código de Processo Civil Brasileiro 17

Flávio Quinaud Pedron

1. Considerações iniciais 17
2. Um breve histórico do movimento do “acesso à Justiça” quantitativo 19
3. O “acesso a justiça” qualitativo como (re)leitura do paradigma democrático 25
4. O acesso à jurisdição qualitativo no regime do novo código de Processo Civil..... 28
5. Considerações finais..... 33
6. Referências bibliográficas..... 34

CAPÍTULO 2 ► Regras fundamentais decorrentes do art. 2º do CPC 37

Salomão Viana

1. Aspectos gerais..... 37
2. Inserção no conjunto das normas fundamentais. 39
 - 2.1. Relação de complementaridade com o princípio do respeito ao autorregramento da vontade..... 40
 - 2.2. Relação de complementaridade com o princípio da isonomia..... 41
 - 2.3. Relação de complementaridade com o princípio da duração razoável..... 41
3. Regra fundamental colhida do excerto “o processo começa por iniciativa da parte” 41
 - 3.1. Reflexos práticos da aplicação da regra fundamental da exigência de iniciativa da parte..... 43
 - 3.1.1. Aditamento ou alteração do pedido e da causa de pedir 44
 - 3.1.2. Suscitação do incidente de falsidade documental 44
 - 3.1.3. Instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica 45
 - 3.1.4. Propositura de reconvenção e formulação de pedido contraposto 48
 - 3.1.5. Denúnciação da lide pelo réu 49
 - 3.1.6. Exercício de contradireito pelo réu 49
 - 3.2. Exceções previstas em lei..... 50
 - 3.2.1. Procedimentos de arrecadação de bens na herança jacente e em casos de ausência e de coisas vagas 50

3.2.2. Reconhecimento de ofício da prescrição.....	51
3.2.3. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	51
4. Regra fundamental colhida do excerto “o processo se desenvolve por impulso oficial”.....	52
4.1. Reflexos práticos da aplicação da regra fundamental do impulso oficial.....	53
4.1.1. Ordem para que a citação se dê, no caso de identificação da necessidade de formação de litisconsórcio	53
4.1.2. Abandono do processo pelo autor ou sua paralisação por negligência das partes.....	55
4.2. Exceções previstas em lei.....	55
4.2.1. Execução de decisão concessiva de tutela provisória	56
4.2.2. Instituição de calendário processual	56
4.2.3. Celebração de negócio jurídico processual atípico	56
5. Conclusão.....	57

CAPÍTULO 3 ► A constitucionalização do novo Código de Processo Civil 59

Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias

1. Introdução	59
2. Processo constitucional	60
3. Interpretação e aplicação do novo Código conforme normas fundamentais	61
4. Contraditório e fundamentação das decisões jurisdicionais	63
5. Normas do novo Código conformadas ao processo constitucional	66
6. Distorções normativas do novo Código ao processo constitucional.....	71
7. Conclusões.....	73
8. Bibliografia.....	73

CAPÍTULO 4 ► A duração razoável do processo e a gestão do tempo no novo Código de Processo Civil 75

Antonio do Passo Cabral

1. A busca por celeridade no processo. O “dano marginal” aos litigantes	75
2. O direito a um processo sem dilações indevidas no direito internacional e sua previsão no direito comparado	77
3. O direito brasileiro. Das normas infraconstitucionais à constitucionalização do princípio. A necessidade de equilibrar rapidez na prestação com os direitos fundamentais das partes.....	80
4. Dos mecanismos para a efetivação e cumprimento do preceito. Da interpretação da Constituição às regras previstas no novo CPC	84

SUMÁRIO

4.1. Previsões gerais: indeferimento de requerimentos protelatórios e fixação de prazos razoáveis para os litigantes	84
4.2. Pretensão mandamental para que o julgamento ocorra em prazo a ser fixado pela instância superior. A insuficiência da ultrapassada distinção dos prazos em próprios e impróprios	85
4.3. Aplicação de sanções pessoais às autoridades responsáveis. Controle administrativo-correicional com repercussões na atividade jurisdicional	87
4.4. Pretensão indenizatória contra o Estado	88
4.5. Tutela de evidência: tutela provisória como meio de gestão da duração do processo	89
4.6. Calendário do processo e a ordem cronológica de conclusão como critério para proferir decisões.....	90
5. Impossibilidade de alegar a insuficiência de recursos materiais para impedir a aplicação da duração razoável do processo	92
6. Como calcular e aferir o prazo razoável de duração dos processos judiciais ou administrativos?	93
7. Conclusão.....	98
8. Bibliografia	98

CAPÍTULO 5 ► A regra interpretativa da primazia do mérito e o formalismo processual democrático 101
Dierle Nunes, Clenderson Rodrigues da Cruz e Lucas Dias Costa Drummond

1. Introdução	101
2. Do formalismo processual: uma reflexão sobre sua história e seus fundamentos	107
3. Noções fronteiriças do formalismo processual: distinções com a técnica processual e a proposta de um novo formalismo democrático.....	111
4. O Acesso à Justiça e o novo Código de Processo Civil à luz do formalismo democrático.....	120
4.1. As propostas reformistas e o formalismo democrático	120
4.2. Do Acesso à Justiça: reforço ao (anti) formalismo?	121
4.3. O novo Código de Processo Civil: como formalismo democrático complementa a primazia do mérito e o máximo aproveitamento.....	129
5. Considerações Finais	135
6. Referências	137

CAPÍTULO 6 ► O Direito à Igualdade no Novo Código de Processo Civil 141
Rafael Sirangelo de Abreu

1. Considerações introdutórias	141
2. O conteúdo material do direito à igualdade	142

2.1. Igualdade perante a lei	142
2.2. Igualdade no - e diante do - Direito	143
2.3. O conteúdo relacional do direito à igualdade e a igualdade de oportunidades	144
3. O conteúdo processual do direito à igualdade e o Novo Código de Processo Civil (igualdade <i>ao</i> e <i>no</i> processo)	147
3.1. Paridade de armas e contraditório como bilateralidade de instância.....	148
3.2. Equilíbrio processual e contraditório como dever de diálogo e direito de influência	150
3.3. O caráter relacional do equilíbrio processual e a igualdade de possibilidades de influência.....	156
4. Repercussões do conteúdo material da igualdade na dinâmica processual: igualdade perante o Direito e respeito aos precedentes (igualdade <i>pelo</i> processo)	160
4.1. Tratamento igualitário pela coletivização de casos ou questões	161
4.2. Uniformização como garantia de igualdade perante o Direito	164
4.3. Igualdade <i>pelo</i> processo, precedente e vinculação institucional às decisões pretéritas (a igualdade <i>pelo</i> respeito ao precedente judicial).....	166
5. Considerações finais.....	173

CAPÍTULO 7 ► A Legalidade na era da Proteção das Necessidades de Tutela: Princípio da Constitucionalidade e Legalidade Ampla175
Hermes Zaneti Jr.

1. Introdução	175
2. Princípio da legalidade e princípio da constitucionalidade	176
3. Jurisdição e legislação: <i>remedies precede rights</i> e a (re)construção de posições jurídicas pela jurisdição no Estado Democrático Constitucional (verdade dos fatos e verdade jurídica)	179
4. Um novo meio de judicialização dos direitos: modelo combinado de remédios/ações (<i>remedies precede rights</i>) e direitos subjetivos (<i>rights precede remedies</i>)	186
5. Princípio da legalidade e validade constitucional da norma. Os dogmas <i>paleojuspositivistas</i> da obrigação do juiz de aplicar a lei e da avaloratividade da ciência jurídica	192
6. Quando o Juiz Pode deixar de Aplicar uma Lei no Brasil? Levando as Leis e a Constituição à Sério	195
7. Conclusão.....	196

CAPÍTULO 8 ► O Princípio da Boa-Fé Objetiva no Novo CPC..... 197*Ronaldo Cramer*

1. Diferença entre boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva	197
2. A novidade	200
3. Desdobramentos do princípio da boa-fé objetiva	201
4. O princípio da boa-fé objetiva na relação processual	202
4.1. Fundamento constitucional.....	202
4.2. Objeto do princípio.....	203
4.3. A quem se destina o princípio	203
4.4. Aplicação dos corolários do princípio.....	205
5. Conclusão.....	210
6. Bibliografia	210

CAPÍTULO 9 ► Contraditório como garantia de influência e não surpresa no CPC-2015213*Dierle Nunes, Alexandre Melo Franco Bahia,
André Frederico Horta e Natanael Lud Santos e Silva*

1. Considerações iniciais	213
2. Leituras do contraditório	223
3. O contraditório e a sistemática do Novo CPC brasileiro	233
4. Contraditório e fase preparatória	234
5. Considerações finais	239

CAPÍTULO 10 ► O contraditório e suas feições no Novo CPC 241*Beclate Oliveira Silva e Welton Roberto*

1. Introdução	241
2. Abertura semântico-pragmática do novo CPC	242
3. Contraditório e suas expressões	243
4. Núcleo do contraditório efetivo	248
5. Paridade de armas (isonomia processual).....	250
6. Contraditório e defesa substancial no novo CPC.....	253
7. Considerações conclusivas	258
8. Referências	259

CAPÍTULO 11 ► Contraditório substancial e fundamentação das decisões no Novo CPC..... 261*Guilherme Henrique Lage Faria*

1. Introdução	261
---------------------	-----

2. Estado Democrático de Direito e Constituição – por uma nova visão do processo.....	263
3. O fortalecimento das garantias processuais como instrumento de baliza da função jurisdicional	268
4. O esvaziamento do papel do contraditório na formação dos provimentos decisórios - o ativismo judicial e a “decisão-surpresa”	270
5. O modelo de Stuttgart – o princípio autoritário e a cooperação processual	273
6. O giro linguístico e a teoria discursiva do direito	278
7. O contraditório substancial, a não-surpresa e a formação compartilhada dos provimentos jurisdicionais	282
8. Considerações finais.....	295
9. Bibliografia	296

CAPÍTULO 12 ► Cooperação como princípio processual 301

Reinhard Greger

1. Introdução	301
2. Conteúdo Negativo	302
3. Conteúdo Positivo.....	302
4. Cooperação no Direito Vigente	304
5. Por que Princípio da Cooperação?.....	305
6. Avaliação final.....	309

CAPÍTULO 13 ► Introdução às raízes históricas do Princípio da Cooperação (Kooperationsmaxime)311

Ronaldo Kochem

1. Introdução	311
2. Plano Legislativo	313
2.1. A <i>Civilprozessordnung</i> de 1877	314
2.2. As Primeiras Reformas (1909, 1924, 1933)	315
2.3. A Reforma para Simplificação e Aceleração do Processo	317
3. Plano Doutrinário.....	320
3.1. Uma questão de método: <i>Princípios Processuais?</i>	321
3.2. O Princípio da Cooperação (<i>Kooperationsmaxime</i>)	325
3.2.1. Karl August Bettermann (1972)	325
3.2.2. Peter Gilles (1977)	329
3.2.3. Karl August Bettermann (1978)	331
3.2.4. Rudolf Wassermann (1978)	335
3.2.5. Bernhard Hahn (1983)	339

4. Considerações Finais	342
5. Bibliografia	343

CAPÍTULO 14 ► Princípio da Cooperação 345

Fredie Didier Jr.

1. Nota introdutória	345
2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: <i>adversarial</i> e <i>inquisitorial</i>	345
3. Rápidas considerações sobre o garantismo processual.	348
4. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação	350
5. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	356

CAPÍTULO 15 ► O dever de cooperação no Novo Código de Processo Civil ... 359

Leonardo de Faria Beraldo

1. Introdução	359
2. O princípio da boa-fé objetiva	359
3. Dever de cooperação	360
3.1. Conceito	360
3.2. Natureza	360
3.3. A cláusula geral	361
3.4. Os deveres específicos	362
3.5. Pessoas que possuem esse dever	362
4. Conclusão	363
5. Referências bibliográficas	363

CAPÍTULO 16 ► O Princípio da Eficiência no Novo Código de Processo Civil 365

Leonardo Carneiro da Cunha

1. Introdução	365
2. A eficácia, a efetividade e a eficiência	366
3. O princípio constitucional da eficiência no Direito brasileiro	369
4. Eficiência na Administração Judiciária e eficiência no processo judicial	374
5. O princípio da eficiência processual	375
6. O princípio da eficiência no novo CPC	378
7. Um caso concreto que pode servir de exemplo para aplicação do princípio da eficiência no processo	381

8. Conclusões	382
9. Bibliografia	383

CAPÍTULO 17 ► Relatório Geral

Abuso de Direitos Processuais

Padrões Comparativos de Lealdade Processual..... 385

Professor Michele Taruffo-Universidade de Pavia, Itália

1. Geral.....	385
2. Tipos de ADP	396
3. Aspectos subjetivos do ADP.....	400
4. Sanções para o ADP.....	403
5. Observações finais.....	408

CAPÍTULO 18 ► Por que fundamentar, o que fundamentar, e como

(não) fundamentar no CPC/15 411

Leonard Ziesemer Schmitz

1. Introdutoriamente: por que toda decisão deve ser fundamentada?	411
1.1. O Estado Democrático de Direito é o Estado que se justifica	411
1.2. A legitimidade das decisões decorre da fundamentação	412
1.3. Fundamentar é permitir o controle	414
1.4. Fundamentar é prestar contas – a busca pela resposta adequada	416
2. O devido lugar do caso concreto na decisão: a fundamentação no CPC/15 deve ser o resultado do diálogo	417
3. Como (não) se devem fundamentar as decisões judiciais	420
3.1. A mera indicação ou reprodução de ato normativo	420
3.2. O emprego de conceitos jurídicos indeterminados sem contextualização.....	424
3.3. A fundamentação genérica	429
3.4. A falta de fundamentação-resposta e a importância do “porque não” nas decisões	431
3.5. As decisões com base em outras decisões	436
3.6. Como aplicar, e como não aplicar, pronunciamentos judiciais nas decisões	439
4. A nulidade da sentença não fundamentada	443
5. Para concluir: a decisão fundamentada dá ao caso concreto sua devida importância.....	445
6. Bibliografia	446

**CAPÍTULO 19 ► Fundamentação das decisões judiciais no novo CPC:
a tarefa de (re)construção do Direito no âmbito dos
tribunais 451**

Newton Pereira e Ramos Neto

1. Introdução 451
2. Sistema de princípios e o caráter dialógico do Direito: contraditório,
fundamentação e legitimação das decisões judiciais 454
3. A essência do art. 489, § 1º, do novo CPC: por um “novo” modelo de decisão
judicial..... 463
4. Conclusão 471
5. Bibliografia consultada 472

**CAPÍTULO 20 ► A Fundamentação das decisões judiciais e o controle de
racionalidade da interpretação jurídica 475**

Ronaldo Kochem

1. Introdução 475
2. O Dever de Fundamentação das Decisões Judiciais no Estado Constitucional 477
 - 2.1. O Direito ao Contraditório e o Dever de Fundamentação das Decisões..... 478
 - 2.2. A Racionalidade das Decisões como Requisito à Fundamentação Judicial 481
 - 2.3. O Controle da Decisão por meio de sua Fundamentação 484
3. A Justificação Interna das Decisões Judiciais 485
4. A Justificação Externa: os Códigos Hermenêuticos subjacentes à
Fundamentação das Decisões Judiciais..... 488
 - 4.1. A Ideologia da Interpretação 491
 - 4.2. As Diretivas Interpretativas e o Código Interpretativo como Parâmetro
de Racionalidade 492
5. Considerações Finais 494
6. Bibliografia 495

**CAPÍTULO 21 ► Elementos normativos para a compreensão do sistema
de precedentes judiciais no processo civil brasileiro 497**

Alexandre Freire e Alonso Freire

1. Introdução 497
2. A propósito da adoção de um regime de precedentes por meio de lei 499
 - 2.1. O argumento contrário baseado na tradição jurídica 500
 - 2.2. O argumento contrário baseado na aquisição histórica 500
 - 2.3. Porque a adoção de precedentes não é uma opção..... 501

2.4. O propósito do respeito a precedentes e o nosso verdadeiro desafio.....	502
3. Frustração e estabilização de expectativas de comportamento sociais e jurídicas.....	504
4. Princípios diretamente ameaçados na ausência de um regime de precedentes obrigatórios	505
4.1. Liberdade	506
4.2. Legalidade.....	507
4.3. Segurança jurídica	507
4.4. Razoável duração do processo.....	508
4.5. Proteção da confiança	508
5. Jurisprudência e precedentes confrontados	509
5.1. Jurisprudência	509
5.2. Precedentes	511
6. Jurisprudência íntegra ou integridade no e do Direito	514
7. Integridade e coerência	516
8. Casos que exemplificam a distinção entre integridade e coerência	517
9. Considerações sobre o regime de precedentes no novo Código de Processo Civil	520
9.1. A vinculação aos precedentes.....	521
9.2. <i>Distinguishing</i>	523
10. Conclusão	524
11. Referências bibliográficas.....	525